

CONSIDERAÇÕES SOBRE O HEDONISMO QUALITATIVO DE J.S. MILL

BRUNO BOTELHO BRAGA¹; **FLÁVIA CARVALHO CHAGAS²**

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – brunobotelhobraga@yahoo.com.br

²UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – flaviafilosofiaufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Qual é o critério para discernir entre o certo e o errado? Qual é o fundamento da moralidade? O que torna uma vida valiosa ou digna de ser vivida? Todas essas perguntas fazem parte do jargão mais básico de questionamentos que sempre é levado a cabo por uma teoria normativa, e não diferente, são o foco da especulação acerca da moralidade que subjaz o utilitarismo. O princípio da utilidade, ou, como Jeremy Bentham o prefere, o princípio da maior felicidade, pode ser encontrado de forma bruta ao longo de quase toda a história da filosofia moral em autores como Platão, Epicuro, Hume, Adam Smith, entre outros. No entanto, é somente com John Stuart Mill que ele é pela primeira vez levado a um grau de sistematização digno de um clássico.

A partir disso, segue-se que nosso objetivo central será o de apontar o avanço proporcionado por Mill naquele que é o principal aspecto do utilitarismo clássico, a saber, o hedonismo. De que modo este autor procura salvaguardar a tese de que o prazer é o único fim da vida humana? Quais foram os seus avanços conceituais com relação à Bentham? Procuraremos responder a tais questionamento a partir da análise da obra *Utilitarianism*.

2. METODOLOGIA

A metodologia para esse trabalho se dá basicamente a partir da leitura exegética da bibliografia principal e da discussão dos textos secundários, com o intuito de fornecer o aparato teórico necessário para uma tomada de posição acerca do assunto. Além disso, a preparação de resumos e fichamentos para a devida compactação e síntese dos textos trabalhados se faz mister, bem como a realização de grupos de estudo e pesquisa, quando possíveis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assumir que Mill é um hedonista, isto é, que o prazer é o critério para discernir o certo do errado, ainda não é o bastante, precisamos também ter clareza quanto ao que essa definição representa. Para isso, observemos a seguinte passagem:

“(...) o prazer e a isenção de dor são as únicas coisas desejáveis como fins, e de que todas as coisas desejáveis (que são tão numerosas no esquema utilitarista como em qualquer outro) são desejáveis ou pelo prazer inerente em si mesmas ou enquanto meios para a promoção do prazer e da prevenção da dor.” (MILL. 2.2.10-15.)

Utilizando e ampliando a distinção de Crisp (1997. P. 26), devemos compreender o hedonismo, então, como possuindo os seguintes componentes:

1 – *Componente Substantivo* (comum a todo hedonismo): o prazer é o critério da moralidade. Ações são corretas se produzem prazer ou ausência de dor, incorretas se produzem dor e ausência de prazer. Isso é visto na primeira passagem supra-citada.

2 – *Componente valorativo ou explicativo* (a especificidade do hedonismo millseano): O prazer não é apenas o critério para a moralidade, ele possui valor intrínseco e é a única coisa que o possui. Ele deriva seu valor a partir de si mesmo e, tudo o que é bom, é bom *apenas* em função de ser prazeroso ou um meio para o prazer. Podemos dizer, então, que Mill pretensiosamente defende uma forma de hedonismo que podemos chamar de *full hedonism*. Isso é claramente observado na segunda passagem supra-citada.

Essa afirmação é, como vimos na passagem acima, colocada logo de início no texto de Mill. O prazer, e só o prazer, é bom. Passemos agora então à nossa discussão central.

Estando agora no interior do componente valorativo do hedonismo millseano, devemos nos questionar o seguinte: Quais são os critérios pela qual podemos considerar um prazer preferível a outro? Como decidimos objetivamente qual prazer deve ser preferível, ou mesmo valioso e por que¹?

Para Bentham, a única propriedade que altera o valor dos prazeres é a quantidade, isto é, a intensidade e a duração². O prazer que for mais duradouro, intenso ou ambos, é mais valioso e, portanto, preferível. Sendo assim, tanto o prazer de ler Shakespeare quanto o de tomar um banho morno, apenas são distintos na medida de sua intensidade e duração. O banho morno, se durasse por mais tempo, seria preferível ao prazer de ler um grande poeta!

Mill pretende ir além dessa distinção, como claramente coloca Downer:

“Mill's qualitative hedonism is a complex mental state account of utility which takes into account the quality as well the quantity of pleasurable experiences in measuring their value and stands as a sophisticated alternative to Bentham's quantitative hedonism”. (1997. P. 257)

O *Utilitarianism*, de um modo geral, é uma tentativa de alargar os limites do hedonismo, justamente porque Mill reconheceu os problemas que uma distinção meramente quantitativa poderia acarretar. Na verdade, diversas foram as acusações ao utilitarismo por conta desse elemento, a principal delas sendo a de que o mesmo não passaria de uma doutrina de porcos, pois os prazeres propriamente humanos não seriam diferentes em natureza aos prazeres animais.³

Para responder a essas críticas, Mill introduz dois conceitos essenciais: o conceito de qualidade e o de juízes competentes. O primeiro complementa a distinção meramente quantitativa do valor dos prazeres, acrescentando uma descontinuidade entre quantidade e qualidade, onde nenhum valor da primeira pode ultrapassar o valor da segunda. Já o conceito de “juízes competentes” surge como o critério objetivo para a determinação da preferência de uns prazeres em detrimento de outros. Alguns prazeres, como afirma Mill, são intrinsecamente superiores⁴. Entretanto, a decisão de quais prazeres são superiores e quais são inferiores cabe àqueles que experienciaram ambos e que estão, portanto, aptos a oferecer um veredicto confiável. Nesse sentido, o papel dos juízes competentes é evidencialista, isto é, eles podem estar errados. Porém, são a única razão

² Na verdade são sete as medidas de quantidade que Bentham apresenta: intensidade, duração, certeza, proximidade, fecundidade, pureza e extensão. No entanto, as medidas de intensidade e duração são as mais relevantes para o caráter normativo do prazer.

³ Cf. 2.3.(5-6).

⁴ “(...) isto é inteiramente compatível com um total reconhecimento da superioridade intrínseca dos prazeres superiores.” 2.7.(3-4).

disponível para a determinação da relação entre prazeres superiores e inferiores. Se os juízes competentes decidem que os prazeres que envolvem o uso das faculdades racionais são preferíveis, então isso é uma razão para crermos que eles de fato o são. É melhor ser Sócrates insatisfeito do que um tolo satisfeito.

4. CONCLUSÕES

A partir do visto até aqui, conclui-se que Mill em sua obra *Utilitarianism* vai definitivamente além de seu antecessor, Bentham. Em que sentido? Ao introduzir o conceito de qualidade como uma propriedade constituinte do Bem (prazer), alargou os limites do hedonismo ao máximo, possibilitando ao utilitarismo clássico tornar-se uma doutrina mais humana e próxima da realidade moral dos indivíduos. A partir de tal concepção, as ações certas são aquelas não que apenas proporcionam uma certa quantidade de prazer, mas as que possuem uma certa natureza de qualidade superior, qualidade esta determinada objetivamente pelos chamados juízes competentes. Mill, então, tornou o utilitarismo clássico uma opção extremamente bem fundamentada e viável de teoria normativa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bentham, J. 1789: *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. London: mod. edn ed. H.L.A.Hart and F.Rosen, Oxford, 1995.

Crisp, R. *Routledge Philosophy Guidebook to Mill on Utilitarianism*. London/New York: Routledge Philosophy Guidebooks, 1997.

Irwin, T.H. *Mill and the Classical World*. In. J. Skorupski (ed.), *Cambridge Companion to Mill*. Cambridge, 1997

Mill, J.S. *Collected Works*. 33 vols, ed. J.Robson. Toronto, 1961-91.

Mill, J.S. *Utilitarismo*. Trad: Pedro Galvão. Porto, Portugal: Porto Editora, 2005.

Mill, J.S. *Utilitarianism*. Ed. T.N.R. Rogers. New York: Dover Publications, 2007.

Mulgan, T. *Utilitarismo*. Trad: Fábio Creder. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Skorupski, J. (ed.) *Cambridge Companion to Mill*. Cambridge, 1997.